

Identidade e nacionalismo: caminhos da historiografia literária brasileira

Walnice Matos Vilalva (UNEMAT)¹

A pesquisa que apresentamos propõe algumas reflexões, não conclusivas, acerca da História Literária no Brasil. Ao selecionar esse objeto duas questões são centrais: 1) de que maneira o percurso da história literária sintetiza uma identidade nacional? 2) Com qual premissa metodológica a história literária se constitui como nacional, impelindo-nos a pensar no processo de formação da identidade brasileira? Esses questionamentos nos obrigam a verificar como se teciam as relações entre o Brasil e a França, durante o século XIX, no domínio político-cultural, destacando a importância de Ferdinand Denis para nossa *inteligência*, e como se definirá então um conceito literário de identidade Nacional. Há indiscutivelmente “agentes *de ligação*”, entre o Brasil e a França, que são determinantes na formação do conceito de nação, “elaborado” pela inteligência brasileira e absorvido em formas específicas de representação, a saber, as obras literárias, os textos-documento (aqui destaco a revista de Niterói) e a historiografia literária.

A Revista de Niterói, publicada em 1836, em Paris, noticiava na Europa a idéia de que havia nos trópicos brasileiros produção literária de qualidade. Os jovens brasileiros, chamados *Grupo de Paris* (Gonçalves de Magalhães, Torres Homem, Araújo Porto Alegre), publicam nela o artigo que anuncia uma *História da Literatura no Brasil*, assinado por Gonçalves de Magalhães. Não apenas temos no período colonial uma literatura quase toda feita por estrangeiros como temos também o primeiro movimento de sistematização dessa produção como resultante do necessário reconhecimento e aceitação desses estrangeiros.

Quando Antonio Candido traz, como último capítulo do seu livro *Formação da Literatura Brasileira*, a reflexão acerca da formação do cânone literário brasileiro, o crítico perfaz uma longa seqüência de informação sobre os estudos que antecedem a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. Para Antonio Candido o esforço semi-secular aparece coerente na sucessão das seguintes etapas: 1) o panorama geral, o *bosquejo*, procurando traçar o passado literário; 2) a antologia dos poucos textos disponíveis, o *florilégio*; 3) a concentração em cada autor, aqueles referidos rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em *galerias*. Lado a lado com esse processo, o incremento de interesse por alguns textos para edições reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica. Nesse percurso, o crítico destaca a pesquisa de Magalhães, Pereira da Silva e as antologias de Pereira da Silva. As edições e reedições de Fernandes Pinheiro, Norberto, Henrique Leal e Vernhagen.

Nesse capítulo, o autor comenta passo a passo como essas etapas formam alicerces para a sistematização organizada por Sílvio Romero. As reedições e as antologias que não eram feitas de obras conhecidas, mas nas palavras do crítico, *repositórios de inéditos e raridades, doutra maneira inacessíveis à leitores e críticos*. O destaque no trabalho de reedição e organização de edição é dado para Joaquim Norberto que reeditou: Gonzaga, Basílio, Cláudio Manuel, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Junqueira Freire. Em todas as etapas desse trabalho balizar, o problema maior está na investigação biográfica realizada por Macedo, Moreira de Azevedo e Pereira da Silva que foram *biógrafos esforçados e levianos*, sem deixar de

¹ Professora da UNEMAT de Tangará da Serra (MT) e doutorado na UNICAMP.

serem crédulos na proposta de ritual patriótico do gênio-escritor que acentuava a importância da obra, do escritor e dos fatores individuais.

Assim o Romantismo, por um lado, postulava caminhos revolucionários às letras brasileiras, por outro, efetivava a busca por publicações anteriores com vistas à sistematização de uma literatura nacional. A História literária brasileira nasce em pleno Romantismo publicada de forma embrionária em *Florilégio da Poesia Brasileira*, de Francisco Adolfo Vernhagen em 1853, e com *O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf em 1863. Entretanto, são os trabalhos de Fernandes Pinheiro com o *Curso de Literatura nacional* (de 1873), e Ferdinand Diniz com *Resumo da História Literária do Brasil* que empregam em primeiro momento as expressões *literatura nacional* e *história literária nacional* em franco desejo de unidade e integração nacional, só possível de ser alcançada pela integração literária. Da antologia de textos literários, *Florilégio da Poesia Brasileira*, para a historiografia literária que se inicia com *Curso de Literatura Nacional*, se define um método abertamente comprometido com o rigor nacional. Descobrir o percurso anterior, descortinar textos e autores, significava afirmar a existência de uma literatura, ainda que em muitos aspectos não em sintonia com os ideais estéticos românticos, por exemplo, em autores como Gonzaga, Cláudio Manuel e Basílio da Gama. Deve-se aqui destacar que nessa sistematização maior atenção foi dada aos Arcades, talvez pela proximidade histórica, talvez em grande medida pelo indianismo presente em alguns textos como *Uruguai* e *Caramuru*.

A literatura sistematizada em um único livro esboça o desejo e projeto de construção nacional. A historiografia literária, então, assenta-se ao princípio pedagógico quando afirma a consciência nacional ou a possibilidade de visualizar um Brasil pela reunião de textos que une o passado ao presente, dotando-nos de uma fisionomia própria. Também na Europa essa sistematização literária ocorrerá um pouco antes, influenciando decisivamente nossos escritores. O projeto que faz surgir a historiografia literária como livro nacional é defendido por Chateaubriand (em 1836) quando publica a obra *Essai sur la littérature anglaise* e, posteriormente, por Taine (em 1863) ao escrever a *História da literatura inglesa*. Dever-se-ia haver nos textos um compromisso com a imagem de nação, o nacionalismo transforma-se em critério de julgamento e avaliação da qualidade artística da obra. Os ideais românticos assentam à necessidade de integração no processo de formação de uma literatura nacional e, por extensão, de uma terra brasileira, da qual a historiografia seria o instrumento. O que justifica a historiografia, com a instituição do cânone é o projeto integrador nacional.

Com o esforço de registro se delineia também no método da historiografia, apreciação geral que faz surgir o contexto histórico, a breve exposição da vida do autor e as obras organizadas por gênero com breves comentários, um texto que se quer acessível. Longe de ser um livro para intelectuais e estudiosos da literatura, a historiografia antecipa a preocupação didática e apresenta a idéia de livro que deve *ser lido por todos*.

É em 1888 que a idéia de literatura nacional, anunciada por Ferdinand Denis é organizada na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. O esforço de pesquisa, reunião e classificação de obras, garante a primeira periodização da Literatura Brasileira. O seu percurso metodológico apresenta uma apreciação geral da obra que faz surgir o momento histórico, passando para a exposição da vida do autor e chegando finalmente às obras. Percebam que a nossa primeira história literária obedece aos ditames dos antecessores que se esforçaram em coletar as biografias, os textos e o panorama geral. O trabalho de sistematização de Sílvio Romero salta aos olhos pelo volume de obras catalogadas e classificadas em períodos literários. Há na periodização

proposta pelo crítico menor julgamento estético da obra e maior ênfase no autor, essa parece ser a balize estrutural da primeira *História da literatura brasileira*.

Em 1916, José Veríssimo publica a *História da Literatura Brasileira* que compartilha com Sílvio Romero da idéia geral de uma Literatura nacional. É muito impressionista, mas avança quando se propõe a uma avaliação do caráter estético das obras, o contexto e as circunstâncias recebem tratamento secundário. E nesse sentido, sua História Literária apresenta diferença metodológica de avaliação. Ronald de Carvalho, na trilha de José Veríssimo, publica, em 1919, *A pequena história da literatura brasileira*, retomando os passos metodológicos de Sílvio Romero, explicitando a busca por uma nação brasileira que se encontra entre passado e presente. As três primeiras histórias literárias que realizam a visão global propõem a periodização, apresentam esforço de organização e avaliação de obras literárias, fazendo surgir o conjunto, a unidade, ou melhor, a identidade como resultado de intersecções históricas, políticas, ideológicas e bem menos estéticas.

O século XX avança sob o apogeu do Modernismo em que as velhas questões como identidade, brasilidade e *genuíno* irrompem como “nova” busca ou com novos mecanismos de interpretação. O modelo metodológico proposto por Sílvio Romero será retomado por Ronald de Carvalho, mas terá nele também seu fim. É com a pesquisa de Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil*, e Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, ambas da década de 50, que se anunciam definitivas alterações metodológicas na historiografia brasileira, fazendo surgir a expressividade da obra pelo valor estético. Nessa nova historiografia se refaz todo o percurso de julgamento e classificação das obras, postulado desde Sílvio Romero. O rigor científico do método, a busca por refazer um caminho em todas as etapas, as antologias, as publicações, as reedições, a revisão das biografias, o material publicado em jornal, as publicações no Brasil e no exterior (Portugal, França) delineiam um trabalho exaustivo. Entretanto, o que salta no método é a acuidade na avaliação estética. A periodização encontra a medida precisa da sintonia entre as questões internas (históricas e literárias) e as variantes internacionais, as influências estrangeiras dominadoras e determinantes em grande escala dos rumos de nossas letras. Essa proporção acuminada entre questões internas e variantes externas situa o texto literário da mesma maneira que precede como julgamento dentro do código literário ocidental. Permanece, porém, nesses críticos o desejo de unidade que afirma uma literatura brasileira. Contrário a esse registro da história literária nacional ocorre o fenômeno de publicação de historiografias locais, desde 1908. A primeira a ser publicada é *A literatura sergipana*, de Leônidas Prado Sampaio, em 1908; em seguida Vicente de Carvalho publica *A literatura paulista*, em 1912, em que indica caminhos de interpretação sobre a discussão da identidade; João Pinto Silva publica a *História literária do Rio Grande do Sul*, cuja primeira edição é de 1924 e a segunda de 1930; Dolor Barreira publica a *História da literatura cearense*, em 1948; *A história da literatura baiana* é publicada por Pedro Calmon, em 1949; a *História da literatura mato-grossense*, em 1970, por Rubens de Mendonça e, posteriormente, especificamente em Mato Grosso, duas outras historiografias: *História da cultura mato-grossense*, em 1980, de Lenine Póvoas e a *História da literatura de Mato Grosso: século XX*, de Hilda Gomes Dutra Magalhães, em 2001. A mudança do adjetivo brasileira ou nacional para cearense, sergipana, baiana, é indicativo explícito de questionamento da integração e unidade forjadas pela historiografia nacional. A historiografia local afirma, por um lado, a impossibilidade da unidade almejada pela historiografia que se quer nacional sem que ocorra negligência e prejuízos históricos e de valorização da qualidade estética das obras; por outro, essas mesmas historiografias expõem a fragilidade desse princípio integrador, denunciando a exclusão e o

esquecimento relegados não a uma obra, mas uma infinidade de textos, de diferentes épocas e de diferentes regiões periféricas brasileiras.

E o caminho percorrido nesse projeto é a afirmação de outro lugar como diferença e alteridade. Cria-se outro estatuto que rege a organização e seleção das obras. Nesse novo código afirma-se contundentemente a existência do lugar da exclusão, de obras e de autores. O adjetivo, qualquer que seja ele, cearense, sergipano, mato-grossense etc., deflagra não um exacerbado juízo de individuação e singularização, quer seja regional, quer seja local, mas nomeia precisamente o espaço da exclusão: aquilo que não pertence ao nacional ou à brasileira. Nessa proposta historiográfica salta o desejo de sobrevivência, de leitura e de valorização dos textos catalogados.